

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA ELEITORAL RELATORA EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Processo nº 0600363-07.2024.6.21.0000

Interessado: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA/RS

Relator: DESA. ELEITORAL MARIA DE LOURDES GALVAO BRACCINI DE

GONZALEZ

PARECER

PRESTAÇÃO DE **CONTAS** DE CAMPANHA. DIRETÓRIO ESTADUAL DE PARTIDO POLÍTICO. ELEICÕES 2024. PARECER CONCLUSIVO DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA DESSE EGRÉGIO TRIBUNAL. APLICAÇÃO IRREGULAR **RECURSOS** DE DO **FUNDO** PARTIDÁRIO. INSUFICIÊNCIA DO REPASSE MÍNIMO ÀS COTAS DE GÊNERO E DE RAÇA. APONTAMENTOS MUITO **ACIMA** DOS **PARÂMETROS ABSOLUTO** PERCENTUAL DE INSIGNIFICÂNCIA ADOTADOS JURISPRUDÊNCIA. PELA **PARECER PELA** DESAPROVAÇÃO **DAS CONTAS COM** DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DO VALOR IRREGULAR E APLICAÇÃO DE MULTA.



I - RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas do Diretório Estadual do PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA, na forma da Lei nº 9.504/97 e da Resolução TSE nº 23.607/2019, abrangendo a arrecadação e os gastos de recursos nas eleições de 2024.

Após regular trâmite processual, a Secretaria de Auditoria Interna (SAI) emitiu Parecer Conclusivo apontando "irregularidades quanto à aplicação dos recursos públicos do fundo partidário em candidaturas femininas (A), candidaturas de mulheres pretas e pardas (B), candidaturas masculinas de pretos e pardos (C) e transferência de recursos do Fundo Partidário às candidaturas declaradas femininas ou negras após 30/08/2024 (D), o prestador de contas está sujeito ao recolhimento no valor total de R\$ 160.461,35 (A+C+D pois B está incluído em A) ao Tesouro Nacional, conforme disposto no art. 19, §9°, da Resolução TSE n. 23.607/2019, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 30-A da Lei nº 9.504/1997 aos responsáveis e beneficiários". Ademais, a SAI assinalou que tal valor "representa 21,87%, do montante de recursos recebidos (R\$ 733.577,43)", recomendando a "desaprovação das contas, em observância ao art. 74, da Resolução TSE n. 23.607/2019" (ID 46006190 - g. n.).

Após, foi dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o sucinto relatório. Passa-se à manifestação.



II - FUNDAMENTAÇÃO

Na espécie, tem-se que o partido infringiu o ordenamento jurídico em virtude da **não aplicação do percentual mínimo do Fundo Partidário relativo às cotas de gênero e raça** nas eleições de 2024 (art. 19, § 3°, III, e § 9° da Resolução TSE n° 23.607/2019).

Pois bem, no contexto da prestação de contas, a jurisprudência entende que: "não ultrapassado o parâmetro de R\$ 1.064,10 **ou** 10% do total auferido em campanha, as contas podem ser aprovadas com ressalvas, mitigando o juízo alcançado na origem, mediante aplicação dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade" (TRE-RS, REI nº 060029574, Relatora: Des. Elaine Maria Canto da Fonseca, Publicação: 15/06/2023 - g. n.).

No caso em apreço, porém, o montante irregular (R\$ 160.461,35) ultrapassa os limites de inexpressividade tanto em termos absolutos quanto em termos relativos (21,87%), o que leva à desaprovação das contas partidárias.

Dessa forma, como consequência de tal desaprovação, ao partido deve ser aplicada a sanção de **devolução da importância apontada como irregular**, acrescida de **multa de até 20%** (vinte por cento), com pagamento realizado por meio de desconto nos futuros repasses de cotas do fundo partidário pelo período de 1 (um) a 12 (doze) meses (art. 37, § 3°, da Lei 9.096/95).



III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por sua agente signatária, manifesta-se pela **desaprovação das contas** com **determinação de devolução do valor irregular** e aplicação de **multa**.

Porto Alegre, 1º de julho de 2025.

MARIA EMÍLIA CORRÊA DA COSTA

Procuradora Regional Eleitoral Auxiliar